

# Projeto Regional de Cooperação Técnica Pnud/Unesco:

## discurso autorizado e trânsito latino-americano

George A. da Guia

### 1. Introdução

O trânsito internacional de princípios e práticas de políticas de preservação e conservação do patrimônio cultural na América Latina e no Caribe ainda é pouco discutido teoricamente, impondo desafios nas reflexões sobre a natureza, abrangência e papel geopolítico destas políticas na região. Desde o final do século XIX, diversas iniciativas foram postas em prática para estruturação de instituições voltadas para a identificação, reconhecimento e conservação de patrimônio cultural alinhadas, em sua maioria, aos movimentos de independência dos países latino-americanos e fortemente influenciadas pelos movimentos preservacionistas observados na Europa Ocidental e Estados Unidos. Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o estabelecimento de suas agências, o tema do patrimônio cultural passou a ser objeto de documentos oficiais, convenções e atos diplomáticos que, de certa forma, interferem, operam ou financiam políticas, programas ou projetos. Esse protagonismo demanda uma análise mais atenta desses processos, geografias e agentes, dada a relação direta entre fluxos de capital internacional e práticas de *soft power*. Paralelamente, e em sintonia com as ações das agências da ONU, as movimentações internacionais para capacitação ou troca de experiências, promovidas por instituições nacionais e subnacionais bem como a sociedade civil, tiveram implicações diretas no trânsito internacional de ideias, resultando na mobilização de forças que estimularam, concentraram ou mesmo dispersaram os debates sobre os rumos daquilo que se entende e define como patrimônio cultural, memória e identidades.

Este artigo tem como objetivo geral explorar algumas especificidades ligadas ao processo histórico de produção do patrimônio cultural na América Latina e no Caribe enquanto parte do projeto político-discursivo de desenvolvimento liberal e capitalista pós-Segunda Guerra Mundial. Para tal adota a perspectiva do trânsito de ideias – este compreendido como um dos principais mecanismos para o desenho, consolidação e transformação de suas políticas<sup>1</sup> – e a abordagem proposta pela antropóloga Laura Jane Smith (2006, 2021), na qual práticas e performances relacionadas ao patrimônio são moldadas por discursos e ideologias, nas quais o discurso não apenas informa mas também constrói o significado do mundo que se reflete em práticas patrimoniais conformando o “discurso autorizado do patrimônio”.

Neste sentido é reconhecido o importante papel do projeto regional de cooperação técnica intitulado “Patrimônio Cultural e Integração / Regional Latin America – RLA”, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no período de 1972 a 1996. Este projeto desempenhou um papel fundamental na disseminação de conhecimento na região, na promoção de práticas bem-sucedidas em novos contextos, na construção de consensos, na articulação de redes de profissionais especialistas em patrimônio e, igualmente importante, na implementação das diretrizes e conceitos abrangidos pela Convenção para a proteção do patrimônio mundial, natural e cultural promulgada em 1972 (Convenção de 1972).

Além disso, ainda que as agências do sistema ONU tenham um papel limitado, sua influência nos sistemas de planejamento de políticas públicas tem sido cada vez maior, em especial em políticas setoriais, como é o do patrimônio cultural. Essa influência gerou importantes impactos não apenas na geografia dos bens reconhecidos e preservados, no modo de se reconhecer e preservar o patrimônio cultural, como também exigiram, muitas das vezes, ajustes institucionais dos governos locais e nacionais.

Para compreender e representar o trânsito das ideias e a produção do discurso autorizado sobre o patrimônio, adotamos uma abordagem interdisciplinar, combinando diferentes perspectivas e disciplinas. Utilizamos a abordagem genealógica como ponto de partida, realizando uma análise com foco os meios de circulação das ideias utilizados no âmbito do projeto de cooperação técnica. Esses meios incluem conferências, seminários, cursos, redes de cooperação e assistência técnica, entre outros, aqui denominados como “arena”:<sup>2</sup> Para tal, procedemos à sistematização e análise de parte do acervo pessoal de Silvio Mutal, coordenador do projeto regional. Nosso objetivo foi compreender os desvios, ajustes e percursos ocorridos ao longo do período de vigência do projeto. Paralelamente, a sistematização dos dados nos permitiu criar mapas, tabelas e gráficos que revelam aspectos diversos das arenas, estratégias e agentes envolvidos nos fluxos e processo de produção do “patrimônio cultural autorizado” latino-americano.

Toma-se como objeto deste texto as conexões e percursos entre os conteúdos aportados nas arenas do termo de cooperação técnica regional observados a luz dos esforços de produção de hegemonia pelos agentes engajados na defesa e difusão, por um lado da preservação do patrimônio cultural e, por outro, pelo desenvolvimento econômico.

O artigo está dividido em quatro partes, sendo esta introdução a primeira delas. A segunda parte apresenta um quadro de referência preliminar sobre o tema do trânsito de ideias e do discurso autorizado do patrimônio.



Em seguida, é apresentado um breve histórico do projeto de cooperação técnica Pnud/Unesco, que percorre sua expansão geográfica e ampliação temática por meio de mapas e gráficos. O objetivo aqui é esclarecer os fluxos e conteúdos construídos ao longo de mais de vinte anos de atuação na região. A terceira parte consiste em uma análise mais detalhada das arenas e meios utilizados ao longo de mais de uma década para estabelecer, por um lado, uma certa “customização” de olhares e perspectivas sobre o patrimônio cultural e, por outro, incluir na agenda de debates aspectos relacionados ao processo de mudança de uso solo e urbanização acelerada observado, à época, na região. O objetivo desta parte é aproximar-nos do processo de produção de areanas, especialistas e fluxos de ideias sobre o patrimônio latino-americano por meio de uma análise exploratória dos conteúdos e das geografias do patrimônio autorizado resultantes. Por fim, o artigo apresenta uma análise dos aspectos essenciais discutidos nos itens anteriores e oferece recomendações para enfrentar os novos e antigos desafios relacionados ao binômio desenvolvimento-preservação/conservação.

2. Os fluxos daquilo que é autorizado	

A trajetória da Unesco na América Latina tem início nos anos 1950, e a do Pnud na década seguinte, com atuações nos mais diversos temas junto aos governos nacionais latino-americanos. Se, por um lado, o Pnud se ocupava de projetos de desenvolvimento propriamente ditos, muito requisitado por países como Peru, Bolívia, Chile, Honduras, Guatemala e México, que enfrentavam sérios problemas econômicos e de financiamento de suas políticas públicas. Por outro, a Unesco passou a atuar na região na primeira metade dos anos 1950, com o envio de especialistas ao Peru para dar apoio técnico na recuperação de monumentos históricos afetados pelo terremoto. Unesco e Pnud compartilhavam de uma mesma inquietação: promover o modelo de desenvolvimento capitalista ocidental pós-Segunda Guerra a partir do suporte técnico, simbólico e ideológico necessário para os países considerados como “subdesenvolvidos”.<sup>3</sup>

Neste contexto, parte da literatura tem se concentrado em casos emblemáticos de recuperação e gestão de cidades históricas e sítios de memória. Esses estudos exploram as narrativas, programas e projetos associados a esses lugares, bem como as controvérsias em torno de sua interpretação. Desde os anos 2000, os estudos de caso relacionados a programas e projetos de recuperação ou revitalização dos centros e cidades históricas têm

## A trajetória da Unesco na América Latina tem início nos anos 1950, e a do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na década seguinte, com atuações nos mais diversos temas junto aos governos nacionais latino-americanos.

ocupado uma posição proeminente (Carrión, 2001; Rojas, 2004; Melé, 2006; Sant’anna, 2015; Castriota, 2007; Giannecchini, 2021).

Essas pesquisas apontam para uma variedade de iniciativas de revitalização ou recuperação de sítios e práticas, mobilizadas ora em torno da ideia de “patrimônio autorizado” (Smith, 2006; 2021), ora sobre sua produção a partir da ótica conservacionista e monumentalista (Canclini, 1999), e até mesmo focadas em sua relação com a economia política (Guia, 2018).

Recentemente, estudos sobre lugares de memória e outros patrimônios ligados a memórias subterrâneas (Pollak, 1993), patrimônio incômodo (Prats, 2005), memórias coletivas (Van Diest, 2016) e patrimônio doméstico (Nascimento, 2017) têm atualizado o debate sobre o que se entende por patrimônio e gerado tensão junto às “narrativas hegemônicas da monumentalidade patrimonial” (Márquez, 2019, p.12). Essas pesquisas, de certa forma, têm reconfigurado o sentido histórico do patrimônio cultural na região.

Considerando esse percurso, defendemos que a análise dos fluxos de ideias e seus mecanismos de difusão e apropriação parte da premissa de que as políticas “raramente transitam como um pacote fechado, não podendo ser consideradas como réplicas, mas sim como processos de transformação” (Peck & Theodore, 2010, p.170). Isso nos permite afirmar que tal forma de análise

é tão importante quanto a análise das políticas em si e dos locais onde são operacionalizadas.

O trânsito de ideias e seus fluxos constituem uma abordagem de análise diferenciada que considera os estudos sobre a circulação e influência de conceitos, estratégias e abordagens operacionalizadas em diferentes contextos, sejam eles locais, nacionais ou internacionais (Dolowitz; Marsh, 1996; Evans, 2009). Isso permite acompanhar as trajetórias das políticas de forma integrada, sendo, portanto, não apenas um caminho para criar novos métodos, mas também para analisar criticamente os fundamentos dos conceitos e práticas hegemônicas presentes nessas políticas.

Os esforços para compreender o trânsito das ideias no campo do patrimônio cultural também pode ser observado em pesquisas mais recentes que tem os instrumentos de cooperação técnica como objeto, em sua maioria, a partir de experiências de governos nacionais e subnacionais destacando o papel das missões técnicas e seus impactos no desenvolvimento local (Ribeiro, 2012; Cutroni, 2015). A análise das contribuições revela uma considerável desigualdade de acesso aos serviços prestados por especialistas em suas missões técnicas, seja motivada pela orientação temática difusa ou pela concentração em determinados temas em detrimento de outros. Essas assimetrias evidenciam as dificuldades na implementação das convenções aprovadas no âmbito do sistema ONU, ao mesmo tempo em que destacam o papel dos governos nacionais como suporte para o sucesso ou fracasso da atuação das agências multilaterais (Cutroni, 2015). Por outro lado, as especificidades e rupturas observadas nas experiências de países que receberam especialistas por meio das missões técnicas, como foi o caso do Brasil, evidenciam o papel da Unesco na promoção do turismo cultural como parte fundamental das políticas de preservação do patrimônio cultural (Ribeiro, 2012).

Uma abordagem alternativa para analisar o processo de produção do patrimônio está relacionada com a forma, o discurso e o contexto de sua origem. Nesse sentido, podemos considerar a contribuição da antropóloga Laurajane Smith (2006, 2021). Ao definir o patrimônio como uma forma de performance, ou seja, um produto resultante das interações entre ações e discursos que geram e regeneram significados, Smith utiliza um vocabulário diferenciado para explorar as questões da hegemonia e do campo político do patrimônio cultural. A autora argumenta que práticas e performances relacionadas ao patrimônio são moldadas por discursos e ideologias (Smith, 2021), os quais, por sua vez, estabelecem o papel do patrimônio cultural nas negociações sobre seu reconhecimento e preservação no presente.

Nessa perspectiva, o discurso não apenas informa, mas também constrói o significado do mundo que se reflete em práticas patrimoniais. Ao introduzir o termo “discurso autorizado do patrimônio”, a autora refere-se aos circuitos de

produção de especialistas sobre os significados do presente e do passado como parte de um processo político, especialmente focado em objetos materiais, o que dialoga com a abordagem relacionada ao trânsito de ideias e práticas. Ao conectar o “discurso autorizado” ao processo histórico de construção do patrimônio cultural como discurso e prática política, a autora contribui, com um vocabulário diferenciado, para o debate já estabelecido sobre a produção da hegemonia, referenciada em Gramsci, e retomado, na forma do termo “ato autorizado”, por Bourdieu (2014).

A inovação de Smith reside em questionar se o valor da cultura material é inato, ao invés de ser atribuído como algo dado no discurso. Isso, segundo a autora, legitima a posição de autoridade dos especialistas em preservação, que ocupam um lugar privilegiado para se apresentarem como guias para o passado e para compreender e comunicar o valor do bem cultural e histórico.

Na análise do trânsito de ideias, essa contribuição nos auxilia a entender como as práticas patrimoniais obtêm legitimidade e autoridade devido ao seu local de produção e reprodução. Dessa forma, uma agência especializada da ONU, como a Unesco, assume um papel de destaque, mobilizando especialistas de toda a região e de países europeus, entre outros. Missões técnicas, seminários, cursos, colóquios e publicações são considerados ferramentas culturais na construção dos discursos autorizados do patrimônio, estabelecendo um diálogo direto com os conteúdos explorados por Guia (2018, 2020). O próximo item abordará um breve histórico do projeto de cooperação técnica Pnud/Unesco, de forma a esclarecer os fluxos e conteúdos construídos ao longo de mais de vinte anos de atuação na região.

3. Das janelas para as praças: a trajetória do projeto regional de cooperação técnica	

3.1 Antecedentes: terremotos, crises econômicas e assistência técnica internacional
Em 1950, após abalos sísmicos que percorreram toda a região dos Andes, o governo peruano solicitou apoio técnico à recém-criada agência Unesco. Em atendimento ao escopo do Programa Expandido de Assistência Técnica pelo sistema ONU, a agência realizou sua primeira missão técnica na América Latina e Caribe, inaugurando uma nova fase na gestão do patrimônio cultural na região.<sup>4</sup> A missão foi composta por especialistas como George Kubler (professor de história na universidade de Yale), Luis MacGregor Ceballos (então prefeito da cidade do México) e Oscar Ladrón Guevara (representante do governo peruano), além de representantes dos governos argentino e espanhol, e teve como meta apoiar o governo peruano no planejamento de restauro de monumentos e demais edificações históricas e reordenamento do tráfego de veículos.

## A América Latina, em especial sua porção sul, tem uma longa e densa tradição de estruturação de instituições e práticas voltadas para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural

Em virtude das crises econômicas e do processo de institucionalização do patrimônio cultural como parte das políticas públicas, o governo peruano criou em 1962 a Casa da Cultura,<sup>5</sup> instituição responsável pelo desenho de programas e projetos voltados para o tema. Como forma de enfrentar as sucessivas crises econômicas, em 1964, foi criada a Comissão de Turismo (Cotur), responsável pela gestão dos projetos relacionados ao desenvolvimento turístico das diversas regiões do país. Para tanto, a comissão contratou diversos estudos e pesquisas relacionadas ao potencial turístico e promoveu, junto com a Casa da Cultura, a missão técnica realizada em 1965 ao Peru pelo arqueólogo suíço Frederic Engel.

O objetivo desta missão foi identificar o potencial turístico da região a partir de seu patrimônio cultural e natural (Unesco, 1966), e estabelecer prioridades de investimento para o desenvolvimento da indústria turística na região dos Andes, da Amazônia peruana e região litorânea.<sup>6</sup> Como produto final, o consultor propôs o “Plano de valorização de monumentos e sítios históricos no âmbito do desenvolvimento turístico”, destacando o eixo Quillabamba-Machu Picchu-Cuzco-Puno como sendo o mais favorável para a implementação dos projetos de desenvolvimento. De maneira específica, o relatório estabeleceu três temas que orientaram o planejamento governamental de longo prazo no setor do turismo.

O primeiro tratava da infraestrutura de comunicação (construção de estrada aos sítios selecionados para exploração turística principalmente as vias já existentes). O segundo tema focou na melhoria dos meios de hospedagem com ampliação do setor privado e formação de pessoal especializado, relacionando a proposta com os demais projetos de desenvolvimento focados na integração territorial e melhoria da produtividade agrícola dos povos indígenas da região dos Andes postos em curso pelo Pnud. O terceiro tema, proteção e valorização do patrimônio cultural, articulava-se com a constituição de atrativos turísticos, como é o caso da recuperação de imóveis históricos, com forte ênfase nas qualidades técnicas que esse tipo de serviço exige, preservação da ambiência local e formação de mão de obra especializada por meio da criação de escola técnica para capacitação profissional.

A partir deste relatório, o governo peruano empreendeu uma série de iniciativas voltadas para operacionalizar a implementação do plano por meio da realização de estudos e parcerias com instituições internacionais. Em 1968, por meio de cooperação técnica com o Banco Mundial, foi elaborado levantamento do potencial turístico, o qual indicou o eixo Cuzco-Puno como sendo o mais adequado em termos de atrativos turísticos (Caparó, 2013). Entre 1969 e 1972 foram realizados diversos estudos relacionados a análise de viabilidade econômica e financeira do eixo Cuzco-Puno, análise do potencial do mercado turístico europeu com destino a América do Sul e, em particular, Peru e, no âmbito da cooperação técnica PER 539/71, prestação de assistência técnica para o Instituto Nacional de Cultura.<sup>7</sup>

Como fruto dos estudos e missões realizadas, o governo peruano publicou o Decreto-Supremo nº1/1969, o qual cria a Comissão Especial para a coordenação e supervisão do Plano Turístico Cultural no âmbito da parceria Unesco e governo peruano, com foco principal na gestão dos projetos de infraestrutura e empréstimos internacionais, o qual ficou conhecido como o Plano Copesco, termo derivado da cooperação Peru-Unesco. Em 1974, por meio do Decreto-lei nº20.651, o governo central peruano autorizou a tomada de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), inserindo, de uma só vez, o eixo Cusco-Puno-Machu Picchu no mapa do turismo internacional. O planejamento estatal não se restringiu apenas aos investimentos em infraestrutura como também abarcou ações de capacitação e inscrição dos primeiros bens latino-americanos na lista de Patrimônio Mundial.<sup>8</sup> A iniciativa foi complementada pelo Pnud na forma de repasses no valor de 2 milhões de dólares para a Unesco, com vistas a financiar o projeto de valorização de monumentos por meio de cooperação técnica entre o recém-criado Instituto Nacional de Cultural (INC) e a Unesco.

3.2. Integração andina: o primeiro passo para o projeto RLA/72/047 (Patrimônio Cultural e Integração/Desenvolvimento Andino)

A América Latina, em especial sua porção sul, tem uma longa e densa tradição de estruturação de instituições e práticas voltadas para o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, certamente iniciada com os movimentos de emancipação/independência. O trânsito de ideias na região também teve início muito antes do Projeto de cooperação técnica RLA/72/047 bem como a constiuição de um discurso autorizado do patrimônio cultural. Contudo, pode-se afirmar que, pela primeira vez, intelectuais, técnicos, representações de entidades nacionais e internacionais reuniram-se em torno de uma agenda de programas e projetos por mudanças estruturais nas for-

mas de produzir, intervir e gerir os bens históricos e culturais, reunidas no ideário do desenvolvimento econômico.

A importância atribuída a este projeto de cooperação técnica decorre do fato de haver, pela primeira vez na América do Sul, o esforço de construção de uma proposta abrangente de preservação cultural e desenvolvimento econômico, envolvendo implementação de atos oficiais do governo central, articulação com os demais países andinos e ratificação de convenções internacionais.

O projeto de cooperação técnica, coordenado pela Unesco e com suporte financeiro e técnico do Pnud, atuou no apoio a governos nacionais para a elaboração de políticas e programas de patrimônio cultural, na formação de especialistas e no fomento ao intercâmbio de experiências acerca da gestão do patrimônio cultural a partir de campanhas internacionais, seminários e treinamentos no período de período de 1972 a 1995.<sup>9</sup> Embora inicialmente o foco na restauração e conservação de monumentos tenha sido claro, observou-se um notável avanço na análise dos limites do modelo utilizado para a preservação de centros históricos e sítios arqueológicos dentro do contexto das formulações de políticas públicas de patrimônio e turismo.

Não é à toa que este projeto logrou o reconhecimento como o momento fundador na região de um irônico ideário que conjuga patrimônio-desenvolvimento-financiamento até hoje presente no campo da política de patrimônio cultural (Guia, 2018, 2020). O encontro de interesses geopolíticos internacionais com o cenário político e social nacional e seus resultados deve ser visto em seu contexto de acentuada urbanização na região, atrelado ao crescimento econômico baseado na radical mudança dos modos de produção e do uso do solo, sucessivas crises econômicas e governos ditatoriais. O caráter estatal e tecnicista da cooperação técnica é facilmente reconhecido pelo seu desenho, arenas e agentes que demonstram ausência de crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico pós-Segunda Guerra Mundial, além da crença na técnica e no planejamento de longo prazo como solução, dentre outros aspectos. Não existiam, ao que se sabe, condições objetivas e subjetivas, naquele contexto, para maiores avanços na disputa do discurso do patrimônio pelos movimentos sociais locais e, muito menos, pelos agentes que fizeram parte deste processo histórico.

Apesar do projeto regional ter sido impulsionado por uma agenda estatal de integração econômica andina, de ter sido financiado por governos ditatoriais e não possuir base popular, o modo e as suas contribuições não podem ser desprezadas muito em virtude do seu papel na mudança do sentido histórico das políticas de patrimônio e memória.

Nas articulações fundadoras do projeto regional foi de fato marcante a descentralização do centro de tomada de decisão sobre a sua gestão. A sede do projeto de cooperação – muito em virtude de seu atrelamento com o

## Tal autonomia, segundo relatórios do projeto de cooperação técnica permitiu maior flexibilidade no desenho dos projetos, seja nas campanhas propostas pelas Conferências Gerais e Regionais da Unesco, ao mesmo tempo em que alterou a relação centro-periferia

empréstimo internacional e articulação em torno de um projeto de cooperação que envolvia diversos países andinos – foi Lima, Peru, e não as salas de escritório do recém criado Centro do Patrimônio Mundial-CPM sediado em Paris. Tal autonomia, segundo relatórios do projeto de cooperação técnica (Pnud/Unesco, 1995) permitiu maior flexibilidade no desenho dos projetos, seja nas campanhas propostas pelas Conferências Gerais e Regionais da Unesco, ao mesmo tempo em que alterou a relação centro-periferia, a qual, nas palavras de Mutal, “tornou-se o centro de operações in loco, de forma que a implementação do projeto se tornou rápida e efetiva, inovando na forma tradicional de gerenciamento de projetos in situ para a região como um todo.” (Pnud/Unesco, 1995, p.5). Tal deslocamento justifica-se pelo caráter inédito em termos de escala e possibilidade de mobilização, inicialmente, dos países andinos e, no decorrer do tempo, com os demais países latino-americanos. A principal motivação, segundo Mutal estava relacionada à “missão de lutar contra a dicotomia econômica riqueza cultural x pobreza social, utilizando ferramentas como criação de emprego, crescimento econômico e bem-estar das pessoas, educação e fortalecimento de capacidades dos governos locais e nacionais” (Pnud/Unesco, 1995, p.2).

O ativismo do coordenador do projeto de cooperação e sua equipe junto aos governos nacionais foram fundamentais na tessitura da rede de profissionais construída entre os períodos ditatoriais e de redemocratização. Esses profissionais construíram importantes arenas de mobilização e agiram no sentido de incentivar o engajamento dos governos nacionais e subnacionais nas ações de capacitação e de multiplicação dos consensos. Além do trabalho cotidiano de gestão do projeto de cooperação



#### Ana de inclusão no RLA

- 1973
- 1978
- 1994

#### Global Regions

- Países\_AL
- region

750 0 750 1500 2250 3000 km



Mapa de países membros da cooperação técnica Pnud/Unesco segundo ano de adesão. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados disponíveis nos documentos RLA/79/005, RLA/83/002 e RLA/91/029.

## foram oferecidos dezesseis cursos nas áreas de restauro e gestão de museus, além da ampliação de missões técnicas a países como Brasil, Equador, Colômbia e Chile

junto ao governo peruano, foram realizadas mobilizações voltadas para atender às demandas do governo peruano e demais países andinos, ao mesmo tempo em que foram fomentadas atividades relacionadas à implementação da Convenção de 1972.

Essa rede de articulação profissional mobilizada com a determinante participação do governo peruano – que garantiu o financiamento inicial da operação – foi importante não apenas na articulação dos países andinos. Teve papel fundamental na reorganização das políticas nacionais de patrimônio de diversos países.

A trajetória desse projeto de cooperação pode ser organizada em três momentos. O primeiro momento percorre o período de 1972 a 1978 e tem início com o projeto de cooperação técnica Patrimônio Cultural e Integração/Desenvolvimento Andino (RLA/72/047).<sup>10</sup> Esta etapa é caracterizada pelo atendimento às demandas de estruturação do Instituto Nacional de Cultura (INC) e aprimoramento técnico dos profissionais para a execução dos projetos do empréstimo internacional em curso no eixo Cuzco-Machu Picchu e demais investimentos. De uma maneira geral, foi uma etapa dedicada à articulação e formação técnica. Os países envolvidos nesta primeira etapa correspondem àqueles que foram signatários do Acordo de Cartagena que nada mais era que um projeto de integração dos países andinos, composto por Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru.

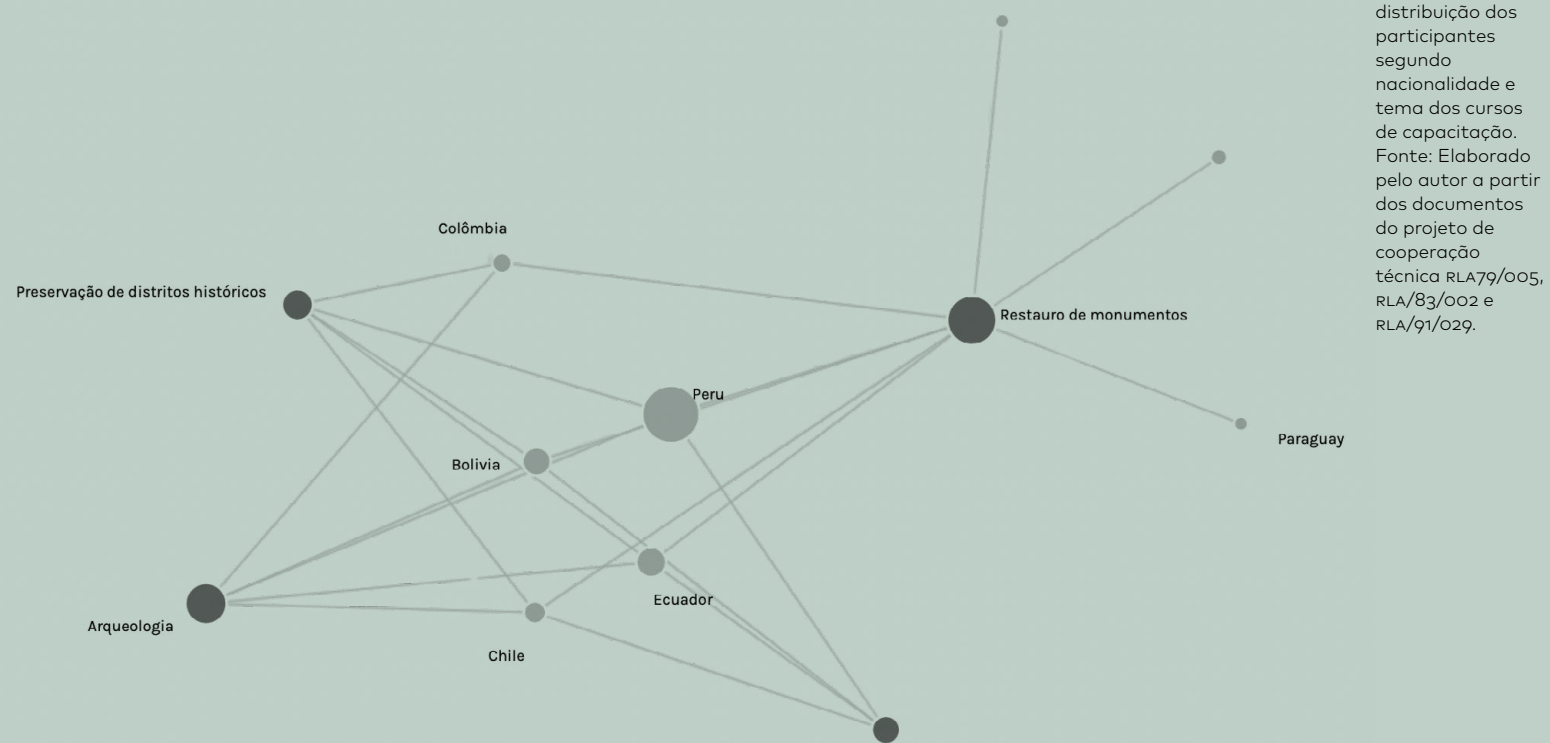
Considerando o longo prazo das obras de infraestrutura e o crescente interesse dos países participantes do Pacto Andino tais como Bolívia, Equador e Colômbia, pelos projetos de desenvolvimento turístico e patrimônio cultural postos em curso no eixo Cuzco-Machu Picchu, a Unesco renovou, em 1976, o convênio, expandindo, além de suas atividades, o número de países participantes, que então passou a ser denominado Programa Regional para a América Latina (RLA/76/005), sendo renovado por mais dois anos.

Nesse período foram oferecidos dezesseis cursos nas áreas de restauro e gestão de museus, além da ampliação de missões técnicas a países como Brasil, Equador, Colômbia e Chile. Foram também promovidos seminários sobre conservação de materiais e reabilitação de centros históricos. Nos primeiros cursos já estavam colocados alguns dos elementos centrais da pauta da preservação do patrimônio cultural: predominância de edifícios e bens móveis representativos do período da colonização e sítios arqueológicos monumentais além de conhecimentos voltados para a gestão dos projetos de infraestrutura de turismo cultural conforme veremos na seção seguinte.

Com a evidente demonstração de capacidade de articulação, mesmo com os objetivos não plenamente alcançados, o projeto de cooperação foi renovado sucessivas vezes, ampliando cada vez mais a adesão de países na América do Sul e avançando em direção à América Central. Ainda em 1978, o termo de cooperação foi renovado para operar no ano seguinte (RLA79/005) e, então, foi estendido até 1983. Ainda, esta etapa da cooperação explorou temas relacionados a proteção, conservação e monitoramento dos bens culturais inscritos como patrimônio da humanidade, afirmando na região, da implementação das diretrizes e postulados da Convenção de 1972, afirmando a região andina, em especial Cuzco e Lima como referência no campo do patrimônio cultural, principalmente por aglutinar técnicos, gestores e recursos de abrangência internacional.

Cabe também destacar a considerável expansão geográfica da atuação, além de maior interface com governos nacionais, de países como Brasil, México, Argentina, Peru, Chile, Bolívia e Equador. Tal articulação culminou com a mobilização dos governos nacionais em prol da consolidação de centros regionais de formação especializada em patrimônio cultural, na realização de seminários e em diversas missões de assistência técnica direcionadas para o desenho de programas de reabilitação e recuperação de centros históricos. Dentre as diversas iniciativas, destacamos o ciclo de cursos oferecidos em Cuzco, que, a partir de 1978, incorporou temas relacionados à conservação de centros históricos e reabilitação/recuperação urbana (ver Fig. 1).

O terceiro momento teve início em 1984 e se estendeu até o ano de 1995, com base no termo de cooperação RLA/83/002, recebendo o título de “Proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural”, renovado no ano de 1991 (RLA/91/029), sendo que este último encerrou suas atividades em 1995. Basicamente, foi uma etapa marcada por considerável redução das atividades do escritório em Lima, ao mesmo tempo em que o foco de sua atuação se dividiu entre prestar assistência técnica aos



- cultural
- historic cities
- archaeology
- immovable/movable
- immoveble
- movable
- museum

países, no que se refere ao desenvolvimento institucional voltado para as candidaturas e monitoramento do Patrimônio Mundial; prestar consultorias e promover reuniões especializadas voltadas para o desenho de programas de recuperação de sítios históricos e estudos de viabilidade econômico-financeira; e difusão da experiência latino-americana junto ao Banco Mundial, Pnud, Unesco e governos do norte da África.

3.3 A expansão regional e a produção do patrimônio autorizado: práticas, técnicas e meios de disseminação O entendimento dos processos de produção de discursos hegemônicos nas políticas de patrimônio cultural na América Latina e no Caribe tornou-se indispensável, exigindo conhecimento sobre os espaços de formação. As estruturas e organizações desses espaços, as modalidades de capacitação e seus conteúdos moldaram a inserção de agentes, os quais, por sua vez, foram modelados por essas experiências locais. Reconhecendo o papel crucial dos especialistas, muitos vinculados a setores acadêmicos e governamentais, é essencial desvelar as conexões e percursos observados no período de 1972 a 1978. Tal análise constitui-se campo fértil para municiar a reflexão crítica a respeito das práticas correntes de preservação do patrimônio cultural latino-americano. Isso porque, no jogo de forças, os conteúdos e corpos mobilizados pelo conhecimento técnico, uma vez chancelado por uma agência multilateral, assumem ares de legitimidade na definição de agendas, formas de pactuação, assimilação e difusão de perspectivas "autorizadas" sobre patrimônio cultural no âmbito nacional e local. A partir desta consideração, os cursos realizados no período de 1974 a 1978 na cidade

de Cuzco assumem importância no contexto da conjuntura e as especificidades das arenas internacionais.

De acordo com Gutierrez et al. (1981), a criação de cursos técnicos de formação sobre práticas de preservação e conservação teve dois motivos principais: a prioridade estabelecida pelos governos dos países e a total ausência na região andina de cursos de especialização em patrimônio cultural. Entre 1972 e 1978, os cursos foram viabilizados pelo Instituto Nacional de Cultura peruano, do projeto Copesco e recursos do termo de cooperação PER/539 com a colaboração da Universidade Nacional de San Antonio de Abad, em Cuzco, e outros centros de pesquisa.

No que diz respeito à distribuição temporal dos cursos, destaca-se o papel desempenhado pela cidade de Cuzco como espaço de referência. Praticamente todos os cursos, oficinas e seminários ocorreram nas instalações da antiga capital do Império Inca, muitas delas na Universidade Nacional de San Antonio de Abad. Um dos principais motivos se deve à estratégia de tornar a cidade como um polo de referência de preservação do patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, pela existência de diversas obras de restauro em andamento financiadas pelo empréstimo internacional ou por recursos locais.

Na segunda metade dos anos 1970, o foco dos cursos foi o restauro de monumentos, acervos e sítios arqueológicos, capacitando profissionais que iriam trabalhar nas diversas obras previstas no projeto de desenvolvimento turístico em curso no Peru. Já nos anos 1990, os cursos oferecidos deslocaram seu foco a gestão de conjuntos arquitetônicos e urbanos, muito impulsionados pelas crescentes demandas dos demais países, que enfrentavam intenso processo de urbanização, crises econômicas e forte transforma-

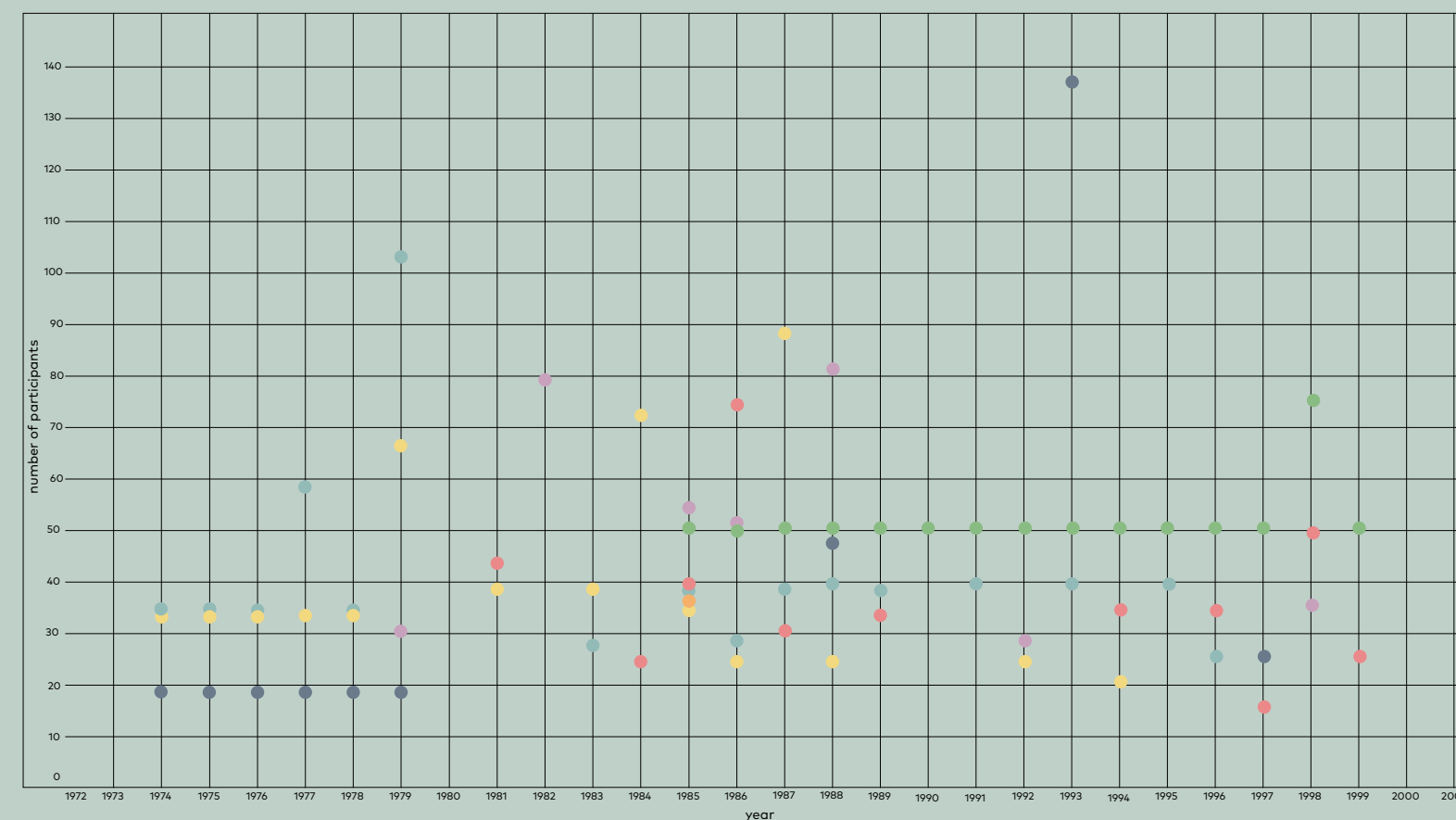


Gráfico de distribuição temática e temporal dos cursos e oficinas de capacitação. Fonte: elaborado pelo autor a partir de sistematização de relatórios e publicações RLA79/005, RLA/83/002 e RLA/91/029.

---

## os cursos realizados no período de 1974 a 1978 na cidade de Cuzco assumem importância no contexto da conjuntura e as especificidades das arenas internacionais.

ção do seu tecido urbano e histórico. É evidente que essa conjuntura foi a principal razão para que o tema urbano ganhasse destaque na agenda do projeto de cooperação técnica, como pode ser observado na Fig. 2.

Além disso, os cursos relacionados à arqueologia foram constantes ao longo dos anos 1970, com destaque para o colóquio “Críticas e perspectivas da arqueologia andina” (Truel, 1979), realizado em Paracas, Peru, em 1979, no qual se debateu a necessidade de um curso de especialização específico para o campo da arqueologia.

Quanto à distribuição geográfica dos estudantes, é evidente a elevada participação de estudantes peruanos, muitos dos quais funcionários do recém-criado Instituto Nacional de Cultura (INC), seguidos por equatorianos e colombianos. O curso de 1975, por exemplo, contou com a participação de estudantes da Bolívia, Equador e Peru, este último correspondendo a cerca de 60% do total, e nos anos seguintes, 70%. Por outro lado, os cursos de 1977 e 1978 apresentaram uma presença mais diversificada dos países andinos, incluindo Chile e Colômbia. A Fig. 3 ilustra as relações entre países e temas dos cursos com base na participação.

Os resultados preliminares da sistematização dos dados relacionados aos professores e instrutores demonstram que houve considerável mobilização de especialistas sul-americanos seguidos pelos europeus e estadunidenses. Tal resultado aponta para a existência de estruturas administrativas sul-americanas (institutos, centros de pesquisas, museus, universidades) com a devida consistência e conhecimento acumulado para compor o quadro de professores. Por exemplo, durante o período de 1974 a 1978, mais de 70% dos professores/instrutores eram originários de países sul-americanos, com destaque para a Argentina e o Peru. O maior contingente desses profissionais é representado por universidades, centros de pesquisa e museus, totalizando 55,1% do total, seguido por representantes de institutos nacionais ou departamentos especializados, que contribuem com 27,5%. Já os consultores do Icomos e do Iccrom respondem por apenas 17,4% do total de professores e instrutores. Por outro lado, ao

---

longo dos anos 1980, observamos uma maior presença de consultores de outras regiões do mundo, especialmente da Europa. Esse aumento é motivado pela necessidade de se promover e repassar tecnologias relacionadas aos estudos de viabilidade econômica e financeira para a recuperação de distritos históricos e áreas centrais. A Fig. 4 apresenta a taxa de participação de especialistas segundo origem.

No que diz respeito aos conteúdos ministrados nos cursos, fica evidente que a ênfase estava nos fundamentos do patrimônio histórico, abrangendo teorias de restauro, identificação e conservação, além das questões ligadas às técnicas e tecnologias aplicadas. Os cursos foram organizados em módulos, sendo o primeiro voltado para a recuperação e restauro de monumentos. Na sequência, oficinas práticas de restauro e, por fim, aulas de morfologia e restauro urbano. Segundo Mutal (Pnud/Unesco, 1978), um dos principais desafios enfrentados no planejamento e na execução dos cursos foi conciliar as agendas do programa de desenvolvimento turístico e de recuperação de bens históricos do governo peruano com as demandas dos demais países andinos participantes do acordo de cooperação. Essa compatibilização de agendas foi, em certa medida, facilitada pela centralidade de Cuzco como ponto de referência regional para a formação dos povos andinos, conforme mencionamos anteriormente. Cabe destacar também que o desenho dos programas de capacitação, foram aprimorados à medida que houve uma maior participação de representantes de outros países andinos e para atender às demandas específicas provenientes das obras do Plano Copesco.

O primeiro módulo de aulas abarcou aspectos relacionados à teoria do restauro de matriz europeia, estudos e levantamentos históricos sobre a formação dos países andinos a partir da leitura pré-colonial e colonial. Houve o esforço em relacionar as teorias apresentadas com estudos de caso *in loco*, no caso as ruínas e obras de restauro em curso na cidade de Cuzco. Havia, segundo Mutal, a necessidade de capacitação e a urgência de dar andamento às obras (Pnud/Unesco, 1995).

O ano de 1978 pode ser considerado como aquele que altera a trajetória das estratégias de capacitação, pois, com o seminário ocorrido em Quito, o tema do patrimônio urbano e formas de gestão passou a dominar a pauta dos debates e conteúdos dos cursos. Podemos afirmar que este evento desloca o foco do projeto de cooperação do canteiro de obras dos monumentos localizados em Cuzco para as suas praças. A resposta da equipe coordenada por Silvio Mutal teve como estratégia a contratação de consultores especializados em morfologia e restauro urbano. Seguindo a mesma lógica dos cursos de conservação de monumentos, a cidade de Cuzco foi palco das oficinas práticas (de elaboração de plano de reabilitação/recuperação urbana). O programa de aulas chamado de “Oficinas práticas no Centro Histórico” estabeleceu a análise por meio

---

## O ano de 1978 pode ser considerado como aquele que altera a trajetória das estratégias de capacitação, pois, com o seminário ocorrido em Quito, o tema do patrimônio urbano e formas de gestão passou a dominar a pauta

de diagnóstico compreensivo da questão do patrimônio urbano e forma de proposição baseada na escola morfológica italiana. A Fig. 5 traz uma síntese dos principais conteúdos ministrados em cada um dos módulos ministrados no âmbito dos cursos de capacitação.

A análise realizada a partir dos resultados preliminares oferece uma descrição abrangente sobre os conteúdos, desafios e evolução dos cursos de capacitação, que conferiram a Cuzco uma centralidade simbólica não apenas para a operação dos cursos, mas também para o projeto de integração andina. Os conteúdos ministrados representaram uma mescla de teorias de restauro de monumentos de matriz europeia, compatibilizadas com os estudos históricos e as tipologias edilícias e sistemas construtivos dos países andinos. Esse contexto estabeleceu um momento exemplar no processo de circulação e difusão de técnicas, políticas e perspectivas sobre patrimônio cultural na região.

As estratégias adotadas e os conteúdos ministrados corroboram a perspectiva de Smith (2006, 2021), na qual as redes e relações sociais e técnicas produzidas determinam a constituição de uma rede de especialistas capazes de estabelecer os significados e entendimentos sobre o passado e o presente. Dessa forma, esta rede passou a influenciar diretamente como são calculados, inspecionados, considerados, rejeitados, aceitos ou até mesmo transformados. Ao mesmo tempo, sob a abordagem do trânsito de ideias, a circulação de conhecimentos e técnicas de diferentes países e regiões, facilitado por organizações internacionais, demonstrou o estabelecimento da difusão de práticas entre os países andinos e a combinação de elementos de diferentes teorias e políticas para criar abordagens específicas adaptadas aos contextos locais.

3.4 Das janelas de Cuzco para as praças das cidades latino-americanas: a falência da integração andina, o Patrimônio Mundial e os centros históricos Apesar do êxito conquistado nos dois primeiros quadriênios do projeto de cooperação técnica, caracterizado pela adesão de novos países e a estruturação de centros nacio-

---

nais de conservação e, conseqüentemente, a formação de uma infraestrutura regional descentralizada, muitos dos resultados obtidos derivam de ações que já estavam em curso antes mesmo do início do projeto em análise. Destaca-se que as missões técnicas da Unesco, realizadas na segunda metade dos anos 1960, estabeleceram práticas de reconhecimento, locais e ações de valorização do patrimônio cultural. Exemplos notáveis incluem os Planos de Valorização do Patrimônio Cultural coordenados pela Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais, e o Programa de Cidades Históricas, coordenado pelo Ministério do Interior, ambos no Brasil, bem como outros projetos como é caso do Mundo Maia, proposta que integrava desenvolvimento turístico e preservação do patrimônio cultural em uma vasta região compreendida pelas fronteiras de Honduras, Guatemala e sul do México.

A inclusão de diversos países no projeto regional de cooperação técnica foi fundamental para a consolidação dos centros de conservação em Cuzco, Peru, e em Churubusco, México, tornando-os referências para a formação do quadro inicial responsável pela descentralização da infraestrutura educacional e de laboratórios de restauração e conservação. Isso culminou com a abertura de centros nacionais de conservação no Brasil (Cecor/UFMG e Cekre/UFBA), Chile (Museu Nacional de Belas Artes), Bogotá (Centro Regional de Museologia), Bolívia (Museu Nacional), Lima (laboratório no Convento de São Francisco) e Quito (laboratório em San Agustín) (Pnud/Unesco, 1978, p.6-7).

No entanto, o ritmo desigual de adesão e implementação das iniciativas revela uma disparidade de poder dentro do projeto regional. Na primeira fase de adesão, somente os países da cooperação andina participaram, seguidos pelo Brasil e Argentina, em 1978. Os demais países latino-americanos e caribenhos aderiram ao projeto apenas no final dos anos 1980, mesmo ritmo observado quanto à adesão à Convenção de 1972. Essa discrepância torna-se evidente ao analisarmos o número de bens inscritos na lista de Patrimônio da Humanidade em relação ao ano de adesão ao projeto regional de cooperação técnica. À medida que os países aderiam ao projeto e se tornavam signatários da Convenção de 1972, os governos nacionais e subnacionais eram mobilizados para a sua implementação auxiliados por uma rede de especialistas em patrimônio. O processo de implementação envolveu ajustes em suas estruturas administrativas e a apropriação da lógica argumentativa e do léxico utilizados pelos especialistas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), órgão de assessoria técnica da Unesco.

A partir da apropriação de técnicas e vocabulários legitimados pelos especialistas em patrimônio, as candidaturas dos bens históricos e culturais à Lista do Patrimônio Mundial tornaram-se cada vez mais frequentes, com destaque para os anos 1980 e 1990. Por exemplo, a partir da segunda metade da década de 1980, observou-se um au-

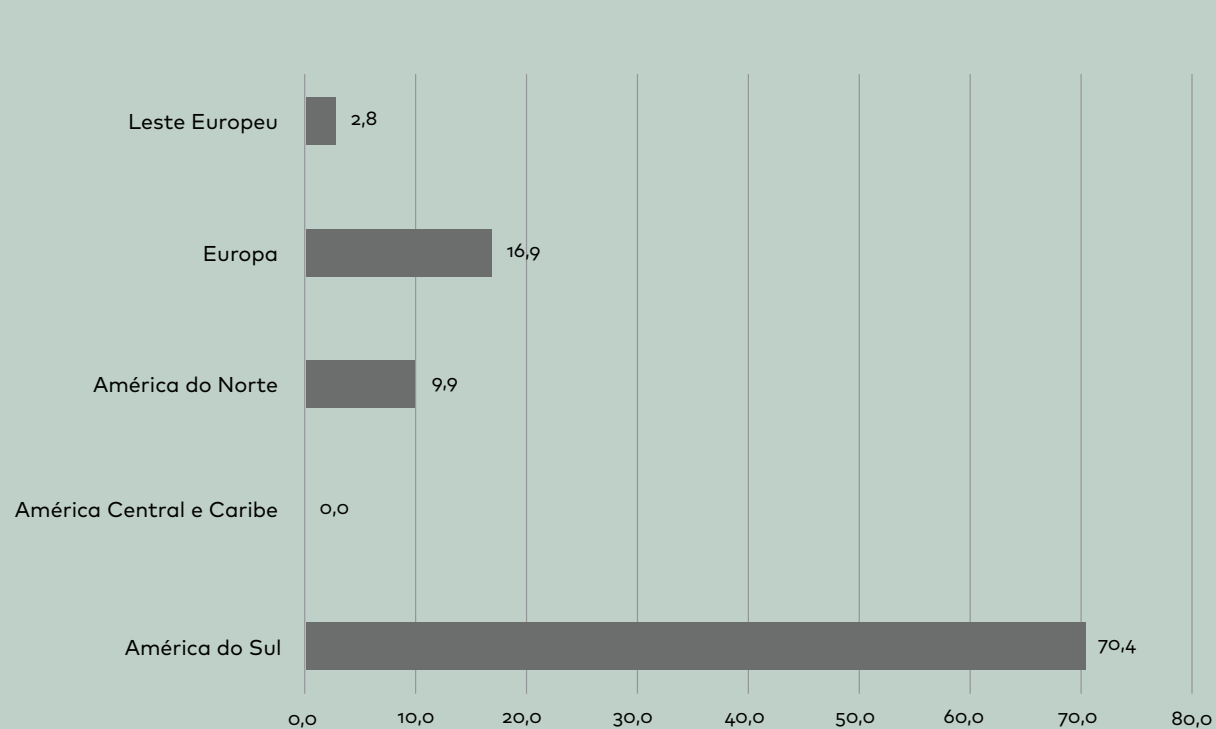


Gráfico de professores/instrutores dos cursos de capacitação segundo região geográfica de origem. Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos documentos do projeto de cooperação técnica RLA79/005 e RLA/83/002.

mento considerável no número de locais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Países com rica tradição histórica no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o patrimônio histórico e cultural foram os primeiros a assumir a estratégia de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e projetos de desenvolvimento turístico como foi o caso da Argentina, Brasil, México e Peru. Esta expansão ocorreu à medida em que os esforços de integração andina e os projetos de desenvolvimento turístico no Peru sofreram considerável redução de recursos e perda de interesse político, motivados pelo aprofundamento da crise econômica e recrudescimento das ditaduras militares.

Uma observação interessante deste processo de expansão refere-se ao intervalo médio de dez anos observado entre a adesão à cooperação internacional e o ano de inscrição na Unesco. Esse fenômeno temporal, que à primeira vista poderia ser interpretado como um descasamento espaço-tempo, na realidade, dá indícios de representação da curva de implementação da agenda proposta pela Convenção de 1972 nos governos nacionais. Especialmente, quando se trata dos ajustes necessários para atender às condicionantes estabelecidas pelo recém-criado Centro do Patrimônio Mundial, fortemente influenciado pela perspectiva europeia de patrimônio.

A Fig. 6 oferece uma representação nítida do número de bens inscritos na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco, organizados conforme os períodos de inscrição. Essa visualização proporciona insights valiosos sobre padrões temporais e a distribuição geográfica dessas inscrições. As tendências e padrões históricos acrescentam uma dimensão enriquecedora à compreensão das estratégias de adesão ao projeto global de patrimônio cultural, natural e turismo nesses países, destacando a importância da colaboração internacional não apenas na preservação e reconhecimento desses bens, mas também na sua mobilização como ativo econômico. Caso tal

fenômeno seja observado na escala nacional, encontraremos relações com processos de amadurecimento institucional e grandes volumes de recursos empregados nos sítios reconhecidos ou presentes nas listas indicativas.

Como resultado, o projeto regional deslocou parte de suas atividades para a difusão, implementação, monitoramento e avaliação periódica dos bens inscritos na Lista de Patrimônio Mundial, ao mesmo tempo em que ofereceu assistência técnica aos governos nacionais para os inventários, elaboração de processos de inscrição e gestão dos bens reconhecidos, muitas das vezes por meio de oficinas e seminários que mobilizavam diferentes atores como o BID, Banco Mundial, bancos centrais além de especialistas em gestão urbana, a partir de modelos estabelecidos em fóruns de especialistas e salas do escritório do Centro do Patrimônio Mundial (CPM).

Ao longo de mais de 26 anos, o projeto regional de cooperação técnica mobilizou diferentes redes de profissionais com o objetivo de auxiliar, inicialmente, o projeto de integração econômica andina, especialmente por meio das ações do Plano Copesco e na sequência, os demais países da região. Este projeto regional colaborou com o governo do Peru na gestão do primeiro empréstimo do BID voltado para desenvolvimento do projeto de desenvolvimento turístico para a inserção da região de Cuzco-Machu Picchu no circuito global de turismo cultural.

Simultaneamente, ao promover cursos, oficinas e seminários, o projeto regional mobilizou profissionais, especialistas, técnicos e representantes de governos locais e nacionais e operacionalizou práticas e experiências locais e nacionais, difundindo teorias e gerando consensos sobre restauração e conservação, além de trazer para o debate os desafios da integração dos distritos históricos aos desafios da gestão das cidades contemporâneas.

Ao encerrar suas atividades em 1995, o projeto regional desmobilizou sua equipe alocada em Lima. O ines-

timável legado da experiência latino-americana passou a ser difundido por seu coordenador geral, Silvio Mutal, em simpósios, seminários e oficinas promovidas pelo Banco Mundial, Habitat e outras agências do sistema ONU. Esse legado teve destaque no circuito de difusão de experiências promovido por estas agências nos países do norte da África e Ásia ao longo dos anos 1990 e na primeira década dos anos 2000. Como um dos resultados observados desta difusão e da produção do discurso autorizado, destaca-se o projeto de desenvolvimento e patrimônio cultural posto em prática pelo Banco Mundial em parceria com os governos da Tunísia, Egito e Marrocos.

4. À guisa de conclusão: entre a produção do discurso autorizado e a hibridização de políticas do patrimônio cultural latino-americano

A análise do trânsito de ideias e práticas patrimoniais cotejada com a abordagem sobre a produção do discurso autorizado proposto por Smith (2006, 2021), pode colaborar para a compreensão ampliada de quais fatores influenciaram na produção do patrimônio cultural latino-americano e suas geografias e discursos resultantes. Ainda, permite comparar estudos que analisem de onde vem as conceituações do patrimônio (especialmente para (des)localizar as ideias hegemônicas). Estar atento ao fluxo de ideias e seus mecanismos de difusão e apropriação é tão importante quanto a análise pontual de um bem protegido, um sítio ou mesmo de um programa. O franco acesso ao acervo documental do coordenador do projeto regional de cooperação técnica permitiu uma aproximação mais apurada à trajetória de implementação da Convenção de 1972 e das demais agendas promovidas desde as salas do Centro de Patrimônio Mundial. Ao mesmo tempo, demonstrou, a partir de sua sistematização, que o deslocamento de Cuzco como centro operacional dos cursos e principal canteiro de obras do plano Copesco para mais de 26 países da região foi fortemente motivado pelo aprofundamento da crise econômica nos países andinos e processos de redemocratização e reinserção global dos demais países, onde o binômio patrimônio-turismo, sob regimes ditatoriais, parecia uma espécie de *soft power* perante as agências multilaterais.

Da mesma forma, a análise centrada na perspectiva proposta por Smith proporcionou um novo olhar sobre as práticas do projeto regional. Os cursos, seminários, colóquios e encontros de especialistas, aqui entendidos ora como ferramentas das práticas de patrimônio, para

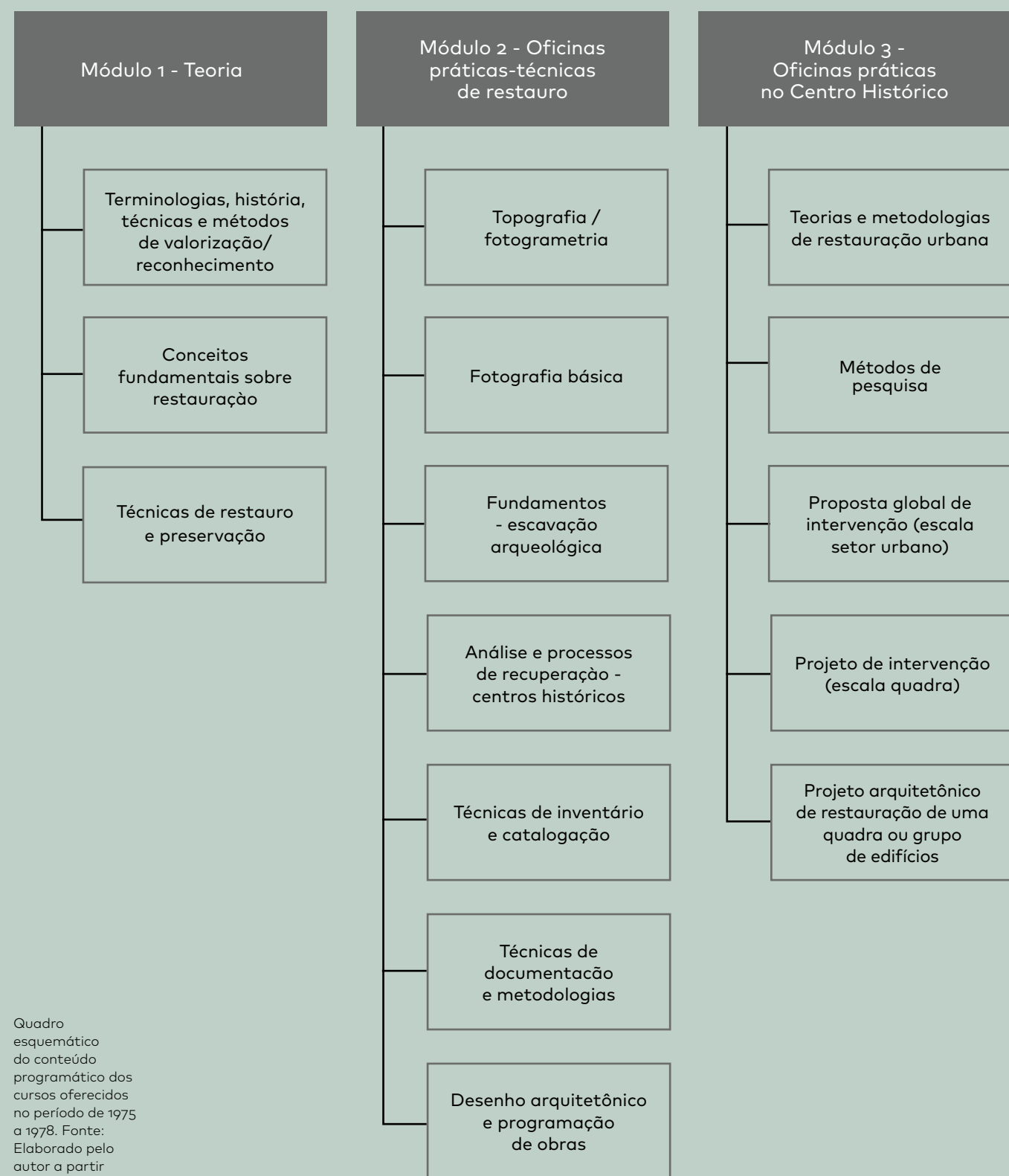
usar o termo de Smith (2006), ou como mecanismos de difusão e transferência de políticas, para empregar a terminologia da mobilidade de políticas, não apenas destacaram as dificuldades compartilhadas entre os países da região, mas também moldaram entendimentos, aprofundaram saberes e legitimaram um agente aqui referido como o "especialista em patrimônio".

Neste aspecto, é nas arenas que os fluxos de ideias e a produção do discurso autorizado se encontram. Ao investigarmos o processo de produção e difusão, observamos que, no âmbito do projeto regional de cooperação técnica, a América Latina e Caribe, com destaque para os países da América do Sul, foi um laboratório de práticas discursivas e políticas que buscaram integrar o ideário do desenvolvimento liberal e capitalista às políticas de patrimônio. Contudo, não cabe afirmar que a região foi um polo passivo neste processo dado que os resultados preliminares indicam ações de apropriação e hibridização de teorias e políticas a partir dos contextos locais.

Sugerimos como futuros pontos de pesquisa uma problematização acerca da persistência dos privilégios – em termos de emprego e disponibilidade de recursos das mais diversas ordens (simbólicos, financeiros, técnicos) – dos objetos materiais, nos termos de Smith. Apesar da redemocratização e das crises sociais e econômicas terem evidenciado perspectivas transformadoras que confrontam o discurso autorizado, introduzindo corpos, memórias e novos sentidos em sintonia com o contexto político local e nacional, ainda persiste na prática patrimonial a irônica espiral patrimônio-desenvolvimento-financeiamento.

Cabe também uma reflexão mais detalhada sobre a rede de profissionais formada e mobilizada no âmbito do projeto regional e quais foram os desdobramentos nos seus países de origem, de forma a capturar como se deu a difusão dos conhecimentos e consensos ali relacionados. Algumas pistas apontam para a difusão da experiência de Quito para o desenho do Programa Monumenta, no Brasil. Além disso, o desenho dos empréstimos para recuperação de imóveis privados elaborado pela Agência de Desenvolvimento chilena (Corfo em espanhol) teve influência em diversos programas de recuperação de monumentos e sua vizinhança propostos pelo BID.

Por fim, cabe destacar o aprofundamento de pesquisas relacionadas às práticas, por parte das agências multilaterais, de difusão de melhores práticas e invisibilização daquelas que, porventura, não foram elencadas em tal rótulo. Desvelar o que está por detrás deste processo de produção do patrimônio a partir dos fluxos e dos discursos autorizados é um caminho possível e promissor.



Quadro esquemático do conteúdo programático dos cursos oferecidos no período de 1975 a 1978. Fonte: Elaborado pelo autor a partir de documentos do projeto de cooperação técnica Pnud/Unesco RLA79/005, RLA/83/002.



## NOTAS

- Este artigo se baseia na releitura crítica do capítulo 3 da tese de doutorado “Trajetórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe”, de George Alex da Guia (2018). Tal revisão foi motivada por debates realizados no VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Enanparq, em 2021 e pela resenha do livro “Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de financiamento do bid”, elaborada pela arquiteta Marina Chagas Brandão. Desta forma, retoma o tema sobre trânsito de ideias e práticas patrimoniais na América Latina e Caribe e se coloca como um ensaio de projeto de pesquisa intitulado “Genealogia do patrimônio autorizado latino-americano: práticas e redes profissionais”, em estágio de elaboração final.
- O termo utilizado permite indicar a construção de espaços e conhecimentos compartilhados, mobilizados e aplicados em vários contextos. Além disso, estabelece uma conexão espacial com o fluxo de ideias que revela lacunas na participação dos países no debate sobre patrimônio cultural no projeto de cooperação técnica.
- Os anos 1970 marcam um período crucial na formação de projetos de integração regional. Destaca-se a criação, no final de 1969, do Pacto Andino, com países como Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia e Chile. Seu objetivo era estabelecer uma união aduaneira e econômica para lidar com a globalização econômica, defender interesses comuns e promover o desenvolvimento integrado na região.
- A Resolução 4.42 e o item C da Quinta Conferência Geral da Unesco ocorrida em 1950 estabeleceu, dentre os objetivos da agência, “organizar, sob solicitação, missão técnica para consultoria e assistência para um estado membro que está passando por dificuldades para garantir a conservação e restauração de monumentos ou sítios arqueológicos e históricos (...)” (Unesco, 1951, p.1).
- Criada pelo Decreto Supremo nº48/1962.
- Em 1965, o governo peruano encaminhou comunicação ao diretor geral da Unesco solicitando apoio técnico para a elaboração de um plano de desenvolvimento econômico e social tri anual, com exploração do potencial turístico, para a região conformada por Puno-Cuzco-Macchu Picchu-Quillamba; Trujillo-Chan Chan e; Callejon de Huyalas-Chavin.
- Segundo Caparó (2013), o Instituto Nacional de Cultura peruano (inc) foi criado em 1972 por meio do Decreto-lei nº18799/1972.
- Em 1965, o Ministro das Relações Exteriores do Peru enviou carta ao bid com demanda de financiamento de 50 milhões de dólares para elaborar estudos de melhoramento da infraestrutura terrestre de regiões turísticas (estradas, saneamento, telecomunicações, indústrias artesanais, hospedagem), proteção, conservação e exploração do patrimônio turístico, construção de instalações (hotéis, restaurantes, “paradores”), formação de recursos humanos para atuar no setor e promoção do turismo

internacional entre as cidades de Cuzco e Machu Picchu (Unesco, 1966, p.3-4).

- A Unesco e undp tiveram diversos projetos regionais e sub-regionais de cooperação técnica na América Latina ao longo dos últimos sessenta anos. Para fins da pesquisa, optamos por analisar o projeto de maior abrangência geográfica e temporal.
- O contrato do termo de cooperação, denominado Patrimônio Cultural e Integração/Desenvolvimento Andino (rla/72/047), foi assinado em 1972, mesmo ano de criação do Centro do Patrimônio Mundial, pelos governos dos países andinos (Peru, Bolívia, Chile, Colômbia) sendo que as atividades tiveram início somente em 1974.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre el Estado. Cursos en el Collège de France (1989-1992)*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2014.
- BRANDÃO, Mariana Chagas. [Resenha] Time is money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID. GUIA, George A. São Paulo: Annablume, 2020. 296p. *Revista CPC (USP)*, v.17, p.188-198, 2022.
- CANCLINI, Nestor García. Los usos sociales del patrimonio cultural. *Patrimonio Etnológico. In: CRIADO, E. Aguilar (ed.). Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Sevilla: Consejería de Cultura/Junta de Andalucía, 1999, p.16-33.
- CAPARÓ, Erwic F. *Preservação, desenvolvimento e políticas públicas no caso de Cusco-Perú (1950-1990)*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013. 280p.
- CARRIÓN, Fernando M. Medio siglo en camino al tercer milenio: los centros históricos en América Latina. *In: CARRIÓN, Fernando M. (ed.). Centros Históricos de América Latina y el Caribe*. Quito: Flacso, 2001.
- CASTRIOTA, Leonardo. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. *In: Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável*, Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007.
- CUTRONI, Anabella A. The Flow of Unesco Experts toward Latin America: on the Asymmetrical Impact of the Missions, 1947-1984. *In: DUEHDAL (ed.). A History of Unesco*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- DOLOWITZ, David; MARSH, David. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. *Political Studies*, n.44 (2), 1996.
- EVANS, Mark. New directions in the study of policy transfer. *Policy Studies*, n.30 (3), 37–241. <https://doi.org/10.1080/01442870902863810>
- GIANNECCHINI, Ana Clara. O Iphan e o Programa Monumenta: lições para a gestão do patrimônio cultural. *In: SILVA, Frederico A. Barbosa da (org.). Direito e Políticas Culturais*. v.1 (Série Direito e Políticas Culturais). Rio de Janeiro: Ipea, 2021.
- GUIA, George Alex da. **Time is money**: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID. São Paulo: Annablume, 2020.
- GUIA, George Alex da. **Trajetórias do desenvolvimento**: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.
- GUTIERREZ, Ramón; GIACOSA, Guillermo; Giaccosa, MUTAL. **Evaluación y Orientación futura de los Cursos Regionales de Restauración de Monumentos y Conservación/Manejo de Centros Históricos**. Pnud/Unesco, 1981.
- MÁRQUEZ, F. Introducción. *In: MÁRQUEZ, F. (ed.). Patrimonio: contranarrativas urbanas*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2019, p.11-33.
- MELÉ, Patrice. **La producción del patrimonio urbano**. México, DF: Publicaciones de la Casa Chata, 2006.
- NASCIMENTO, Flavia B., SILVA, Joana Mello de C.; LIRA, José Tavares C. de; RUBINO, Silvana Barbosa (org.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: CPC/USP, 2017. Acesso em: 16 out. 2023.
- PNUD/UNESCO. **Conservation and Management of the cultural, urban, and environmental heritage in Latin America and the Caribbean (RLA/91/029)**. Paris, 1991.
- PNUD/UNESCO. **Cursos de restauração de monumentos e conservação de centros e sítios históricos**: documento sumário 1975-1978. Lima, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Terminal Report. Project Findings and Recommendations**: Urban and Environmental Heritage, Resource Management and Economics. Paris, 1995.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Follow the policy: a distend case approach. **Environment and Planning: Economy and Space**, v.44, p.21-30, 2012.
- POLLAK, M. **Une identité blesée**: études de sociologie et d’histoire. Paris: Éditions Métailié, 1993.
- PRATS, L. (2005). Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, v.21, p.17-35. Disponível em: <https://www.significados.com/gestion/>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- RIBEIRO. C.R. **O turismo cultural e as missões Unesco no Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.
- ROJAS, Eduardo. Governance in Historic City Core Regeneration Project. *In: AMIRTAHMASEBI, Rana; LICCIARDI, Guido. The economics of uniqueness: investing in historic city cores and cultural heritage assets for sustainable development*. Urban development series. Washington, DC: World Bank Group, 2009, p.143-181.
- ROJAS, Eduardo *et al. Volver al centro*: la recuperación de áreas urbanas centrales. Washington, DC: BID, 2004.
- SANT’ANNA, Marcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35. Brasília: Iphan, 2015.
- SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v.21, n.2, 2021.
- SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. London: Routledge, 2006
- UNESCO. **Executive Board of the Seventy-second Session Decision**. Paris, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Cuzco**: reconstruction of town and restoration of its monuments: report of the Unesco Mission of 1951. Paris, 1951.
- VAN DIEST, Camila. **From prison world to cultural space**: collective memory, patrimonialization, and reappropriations: the case of the transformation of Valparaiso’s former prison (Chile). Tese (Doutorado) Sorbonne-Paris Cité, Paris, 2016.
- TRÜEL, Juana. Críticas y Perspectivas de la Arqueología Andina. *In: Anais do Colóquio Lima, Proyecto Regional de Patrimonio Cultural Andino*. Pnud/Unesco, 1979.

## AUTOR

Doutor em Planejamento e Projeto Urbano pela Universidade de Brasília (UNB), com uma experiência internacional e uma sólida formação acadêmica. Durante minha pesquisa de doutorado na UnB, explorei a interseção entre financiamento internacional, projetos de preservação em cidades históricas e o papel geopolítico do capital no desenvolvimento urbano na América Latina e Caribe entre 1960 e 2010. Minhas áreas de expertise incluem teoria do urbanismo, políticas públicas de mobilidade e habitação, e gestão de preservação de cidades e bairros históricos. Minha atuação profissional está profundamente comprometida com o desenvolvimento de ambientes urbanos mais inclusivos e resilientes, integrando, sempre que possível, teoria e prática para elaborar soluções inovadoras que enfrentem os desafios contemporâneos das cidades.